O lugar da China na economia-mundo capitalista wallersteiniana

Isabela Nogueira[1]

> "Como na física, também no caso do sistema mundial existem forças que atuam em direção contrária do poder global e do império mundial, forças que impediram, até hoje, que este processo de centralização do poder chegasse até o ponto da entropia ou dissolução do sistema". J. L. Fiori, "Formação, Expansão e Limites do Poder Global", p. 58.

Partindo da premissa de que o lugar dos países no sistema capitalista não tem relação exclusiva com suas economias nacionais e a constituição de seus Estados pensados isoladamente, mas insere-se em uma macrodinâmica global que influi de maneira determinante no curso e no desenvolvimento específico das nações e de suas conformações econômicas, o presente artigo busca caracterizar o lugar que a China ocupa na economia-mundo wallersteiniana. Tal unidade interpretativa, desenvolvida teoricamente por Immanuel Wallerstein, objetiva analisar os desenvolvimentos fundamentais do capitalismo por meio da construção de uma teoria, de base marxista, sobre o sistema. Para atingir o objetivo proposto, o trabalho inicia-se com uma breve reconstrução das premissas que definem a economia-mundo wallerstiniana e é seguido por uma tentativa de localizar a China em tal esquema analítico, em especial por meio da problematização da sua relação com a potência central (os Estados Unidos) e com os países semi-periféricos da vizinhança (com ênfase para a ASEAN).

Ao questionar os modelos teóricos segundo os quais vivemos em um <u>sistema mundial</u> composto por estados e economias nacionais que têm expandido brutalmente o comércio entre si (em especial a partir do século XX), Wallerstein propõe, em contraposição, a análise de um <u>sistema-mundo</u> que presume a existência de uma única economia, com ampla divisão do trabalho e processos de produção integrados, em grande parte, pelo mercado, e convivendo com numerosos poderes políticos interestatais e com uma grande multiplicidade de culturas. Há duas variedades de sistemas-mundo wallersteinianos: o império-mundo, como as grandes civilizações pré-modernas de China, Roma ou Egito, no qual a liderança política é única e uniforme, e a <u>economia-mundo</u>, como a hegemonia inglesa do século XIX e a norte-americana do século XX, na qual uma multiplicidade de Estados interage em uma esfera econômica global. Sob essa

[1] Professora de política asiática do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e doutoranda em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

perspectiva, do ponto de vista histórico, a economia-mundo capitalista é um sistema social cuja existência pode ser percebida desde inícios do século XVI em algumas regiões da Europa[2]. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma unidade de análise cujo objeto é a dinâmica do sistema capitalista em sua totalidade.

As duas matrizes intelectuais do instrumental analítico do sistema-mundo são Braudel e Marx[3]. Do primeiro, Wallerstein extrai a perspectiva dos ciclos de longa duração por meio de uma ótica densamente histórica, partindo para uma análise que abarca a dinâmica global. Já a herança marxista fica patente no esquema de funcionamento e acumulação do capital, que também em Wallerstein encontra na luta de classes sua centralidade. A exemplo da interpretação marxista do capital, a economia-mundo capitalista opera por meio da relação social capital/trabalho, na qual a mais-valia gerada pelos produtores é apropriada por aqueles que têm os "direitos" sobre a apropriação garantidos na lei[4]. Uma vez que a mais-valia tenha sido extraída, ela tende a ser "distribuída" entre seus beneficiários por meio do mercado. A estrutura da economia-mundo permite que a apropriação se dê não apenas na relação do trabalhador com o capitalista, mas especialmente por meio da extração de mais-valia das zonas periféricas para as zonas centrais.

Da luta de classes caracterizada nacionalmente por Marx nasce, na perspectiva do sistema-mundo capitalista, uma relação hierárquica e desigual em todo o sistema, dividido em centro, semi-periferia e periferia[5]. A posição que cada país ocupa determina, em grande medida, as possibilidades e os limites de desenvolvimento de suas forças produtivas e sociais. O centro, por definição, concentra níveis muito mais elevados de riqueza, inovação tecnológica e salários, detém formas mais complexas e avançadas de agricultura, mantém o controle do comércio nacional e internacional nas mãos da burguesia local, e opera os Estados mais fortes do sistema. A periferia, conseqüentemente, concentra a oferta de insumos agrícolas e minerais, de produtos de baixo conteúdo tecnológico e de mão-de-obra barata. Do ponto de vista comercial, essa relação implica, necessariamente, em uma troca desigual em termos de agregação de valor. A

---

[2] Wallerstein, 1981, pp. 1 e 2.
[3] Rojas, 2003, pp. 29-33.
[4] Wallerstein, 1981, p. 4.
[5] Fica aqui evidente a influência de autores latino-americanos das teorias centro-periferia, em especial André Gunter Frank e Theotonio dos Santos, além de outros marxistas, como Rosa Luxemburg, que defendem a idéia de que o desenvolvimento capitalista segue sempre uma estrutura desigual e polarizada. Também em convergência com Luxemburg, Wallerstein avalia que a existência de outras formas de relações econômicas e de trabalho nas regiões periféricas no século XX (como a escravidão, servidão e trabalho semi-livre) não implica na existência de formas semi-feudais ou semi-escravistas que atrapalham o funcionamento do sistema, mas formas típicas de um capitalismo de zona periférica do sistema-mundo (no caso de Luxemburg, caracterizadas como não-capitalistas) e necessárias para uma maior acumulação na zona central. Para mais detalhes, ver Rojas, *op. cit.*, p. 43.

semi-periferia, por sua vez, desenvolve características intermediárias em termos tecnológicos e de remuneração da mão-de-obra, e destaca-se por ser o elemento que garante o equilíbrio político desse sistema. Wallerstein pontua que um sistema que desenvolve uma faixa intermediária entre aqueles que são exploradores e explorados tende a garantir mais estabilidade política do que um sistema polarizado[6].

Além da permanente luta de classes e da estrutura internacional hierarquizada, a economia-mundo capitalista demanda a existência de uma multiplicidade de Estados[7]. A ausência de uma única autoridade política, além de tornar difícil que se legisle unicamente em causa própria, atende à premissa mais fundamental da reprodução do capital: a existência de competição. Segundo Wallerstein, sempre houve alguma dispersão das atividades produtivas mais lucrativas, e diferentes Estados tenderam a possuir, concomitantemente, uma base econômica que os tornava relativamente fortes. Além disso, os acumulares de capital sempre utilizaram suas próprias estruturas estatais no apoio à acumulação. Mas, ao mesmo tempo, eles também precisavam de algum controle contra suas máquinas estatais, e as ameaças mais críveis parecem ser as alianças com outros aparatos estatais. "Isso só seria possível na medida em que nenhum Estado dominasse tudo".[8] Em suma, na medida em que se estabelecesse algum equilíbrio de poder internacional.

Cadeia mercantil asiática: integração vertical como uma fuga do mercado

Um dos fundadores da economia política moderna, Michal Kalecki começa a esboçar, já na década de 30, a idéia de que a formação de preços em uma economia e, logo, a distribuição de riqueza não são determinadas pelas forças de mercado, mas refletem relações de poder estabelecidas estruturalmente. Em Kalecki, o poder de barganha de um capitalista em suas relações horizontais (com correntes) e verticais (com fornecedores e trabalhadores) – em suma, seu poder de mercado – é que formarão os preços e determinarão a distribuição de renda em uma economia. Seguindo uma perspectiva similar, Wallerstein acredita que, no capitalismo histórico, a maioria das transações envolve trocas entre agentes situados no interior de uma longa cadeia mercantil, e não nos mercados locais. Por meio da integração vertical, o agente mais forte pode influir sobre o preço que se pratica na conexão da qual ele faz parte.

---

[6] Wallerstein, 1979b, p. 23.
[7] Idem, p. 69.
[8] Wallerstein, 2001, p. 51.

> "A integração vertical, assim como o 'monopólio horizontal', não foi um fato raro. Conhecemos bem os casos mais espetaculares: as companhias privilegiadas dos séculos XVI ao XVII, os grandes comerciantes do século XIX, as corporações transacionais do século XX – estruturas globais que buscavam abranger tantos elos de uma dada cadeia mercantil quanto possível. Exemplos menores de integração vertical, que cobriram poucos elos (às vezes dois) de uma cadeia foram ainda mais comuns. *Parece razoável argumentar que, no capitalismo histórico, a norma nas cadeias mercantis foi a integração vertical, e não conexões 'de mercado' em que vendedor e comprador fosse de fato distintos e antagônicos"*. [9]

Wallerstein acrescenta que as direções geográficas das cadeias mercantis não se estabelecem aleatoriamente, mas seguem uma tendência centrípeta, descolando-se das periferias da economia-mundo para seus centros ou núcleos. Os pontos de origem podem ser múltiplos, mas os pontos de destino tendem a convergir para poucas áreas. Assim, a caracterização das cadeias mercantis passa, necessariamente, por uma descrição da divisão social estendida do trabalho, com uma "crescente polarização entre as áreas centrais e periféricas da economia-mundo não só em termos de critérios distributivos (níveis de renda real, qualidade de vida), mas também, de modo mais importante, nos *loci* da acumulação de capital".[10]

A estratégia chinesa de fortalecer seus laços com o leste asiático consiste justamente no estabelecimento de um esquema regional que consolide o papel de Coréia do Sul, Hong Kong, Taiwan e dos dez países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático)[11] – em suma, os países semi-periféricos do leste asiático – como fornecedores de peças, componentes e bens primários para produtos que serão consumidos ou finalizados na China. Esta verticalização da produção na região, com a China servindo de "fábrica final" para a produção de bens que abastecem em grande medida as economias centrais, levou ao estabelecimento de uma "correia de transmissão" que conecta, financeira e comercialmente, o leste asiático à China e esta, por sua vez, às economias centrais (notadamente Estados Unidos e União Européia, mas também o Japão). Prova do aprofundamento do relacionamento intra-asiático é que, em 2001, o comércio dentro da região já chegava à metade da média de todo o comércio das dez maiores economias (Japão, China, Coréia do Sul e Taiwan e os seis maiores membros da ASEAN[12]). Apesar das diferenças entre países (para o Japão este percentual é de apenas 39,1%, contra mais de 50% para

---

[9] Idem, p. 28, grifo nosso.
[10] Ibidem, pp. 28 e 29.
[11] Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Vietnã, Brunei, Laos, Mianmar e Camboja.
[12] Os seis primeiros listados na nota anterior.

Cingapura e Taiwan), todos os dez membros analisados realizam mais comércio dentro da própria Ásia do que com Estados Unidos ou Europa individualmente.[13]

Desta maneira, a emergência da China está sendo relevante ao redefinir o formato de relações econômicas que conectam os países asiáticos semi-periféricos com as economias centrais e, em especial, com os Estados Unidos. Entre 1980 e 2003, as exportações chinesas para os Estados Unidos cresceram de 0,5% do total importado pelos americanos para 11,3%. No Japão, as vendas chinesas passaram de 3,1% para 18,8% do total importado pelos japoneses, enquanto na Europa passaram de 0,7% para 6,9%[14].

O relevante é que, neste mesmo período, enquanto as exportações para os países centrais cresciam na China, importações deixaram de ser feitas a partir destes países e passaram a se concentrar nos vizinhos asiáticos semi-periféricos (tabela 2). A especialização da produção dentro da própria Ásia está levando a um aumento da parcela das importações da China que vêm da própria região, transformando o país em um dos principais (quando não o principal) destino das exportações dos outros países asiáticos semi-periféricos. Com isso, as importações chinesas, que no começo da década de 80 estavam concentradas nos países centrais (61,9% do total, contra apenas 15% na Ásia), passaram a se concentrar, a partir de 2003, na Ásia (aqui incluído também o Japão), que passa a ter 54,9% do total importado pela China, contra 38,2% de Estados Unidos e União Européia.

No mesmo período (de 1980 a 2003), a importação da China de produtos japoneses caiu de 26,5% para 17,7% do total importado, enquanto a partir dos EUA o recuo foi de 19,6% em 1980 para apenas 8,5% em 2003. Na mão contrária, a participação das exportações de Taiwan no total importado pela China, que em 1980 era zero, saltou para 11,6% em 2003. Já a participação sul-coreana no total importado pela China passou de também zero para 9,5% no mesmo período. Por fim, os países que compõem a ASEAN responderam por 10,5% do total importado pela China em 2003, contra 3,4% em 1980 (tabela 3).

---

[13] Yue, 2004. Uma ressalva aqui é importante: apesar dos volumes maiores, o comércio com Europa e Estados Unidos inclui produtos de maior valor agregado. O comércio intra-asiático, em função do seu caráter complementar ao processo produtivo, inclui mais peças e componentes em detrimento a produtos acabados.

[14] Morais, 2005.

Tabela 2 – Principais países na lista de importações feitas pela China
(Do total importado pela China, em %)

	1980	1990	1995	2000	2002	2003
Ásia	15,0	41,0	47,1	50,6	53,1	54,9
ASEAN	3,4	5,6	7,4	9,8	10,4	10,5
Japão	26,5	14,2	21,9	18,4	18,1	17,7
Coréia do Sul	0,0	0,4	7,8	10,3	9,7	9,5
Taiwan	0,0	0,0	11,2	11,3	12,9	11,6
União Européia	15,8	17,0	16,1	13,7	13,1	12,0
Estados Unidos	19,6	12,2	12,2	9,9	9,2	8,5

Fonte: *IMF, International Financial Statistics*

Tabela 3 – Exportações de países específicos para a China
(Do total exportado pelos países, em %)

	1980	1985	1990	1995	2000	2002	2003
Japão	3,9	7,1	2,1	5,0	6,3	9,6	11,1
Coréia do Sul	0,0	0,0	0,0	7,0	10,7	14,7	16,2
Hong Kong	6,3	26,0	24,8	33,3	34,5	39,3	46,4
Cingapura	1,6	1,5	1,5	2,3	3,9	5,5	6,4
Indonésia	0,0	0,5	3,2	3,8	4,5	5,1	5,4
Malásia	1,7	1,0	2,1	2,6	3,1	5,6	6,8
Filipinas	0,8	1,8	0,8	1,2	1,7	3,9	3,9
Tailândia	1,9	3,8	1,2	2,9	4,1	5,2	6,9
Índia	0,3	0,3	0,1	0,9	1,8	4,2	4,5
União Européia	0,8	1,8	1,2	2,2	2,7	3,4	3,5
Estados Unidos	1,7	1,8	1,2	2,0	2,1	3,2	3,6
Alemanha	0,6	1,2	0,6	1,5	1,6	2,2	2,3

Fonte: *IMF, International Financial Statistics.*

Em resumo, enquanto as exportações chinesas crescem em direção à tríade desenvolvida, suas importações crescem principalmente a partir dos países semi-periféricos do leste asiático. Isso significa que enquanto a China acumula superávits crescentes com as economias centrais, a trajetória é de déficits freqüentes em relação aos países semi-periféricos do leste asiático (tabela 4). Holst[15] caracterizou essa dinâmica como um "comércio triangular" entre China, leste asiático em desenvolvimento e os países centrais, também denominado por Belluzzo[16] de "'correia de transmissão' de demanda mediante os sinais trocados das exportações líquidas dos países desenvolvidos, deficitários, para os países em desenvolvimento, superavitários". Em outros termos, parte do superávit comercial obtido pelos chineses com os países desenvolvidos é dissipado ou "transmitido" aos semi-periféricos asiáticos. A composição das importações feitas a

[15] Holst, 2003.
[16] Luiz Gonzaga Belluzzo – "O Avanço da China no Comércio Internacional", FSP, 14/03/2004.

partir da Ásia mostra que há um alto grau de verticalização da produção dentro do continente, dado que uma parcela crescente daquilo que é importado pela China é componente ou peça de um produto final a ser exportado[17].

Tabela 4 – Balança comercial da China com seus principais parceiros comerciais
(em bilhões de US$)

	1997	2002	2003
Estados Unidos	16	45	55
União Européia	5	10	18
Japão	3	-5	-14
Coréia do Sul	-6	-13	-21
Taiwan	-13	-31	-37
Hong Kong	37	48	61
ASEAN	0	-8	-15
Outros	-1	-13	-22
Total	40	30	25

Fonte: *IMF, International Financial Statistics.*

Tem se tornado unânime a visão de que a cúpula do partido comunista chinês fez uma escolha estratégica em favor do fortalecimento de um regionalismo asiático centrado na ASEAN e nas suas variações[18]. A imprensa oficial chinesa, em especial por meio de seus editoriais, tem deixado tal opção clara, com defesas explícitas à formação de uma área de livre comércio entre China e ASEAN, ao estabelecimento da ASEAN + 3 (área de livre entre ASEAN, China, Japão e Coréia do Sul) e à Iniciativa Chiang Mai (um grande arranjo monetário para prevenir crises financeiras)[19]. O interesse da China no fortalecimento de um regionalismo centrado na ASEAN, justifica-se, para Moore, tanto em função da composição de um eventual bloco (que excluiria Taiwan, Hong Kong, Rússia, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, todos representados na

[17] A porcentagem daquilo que os economistas chamam de "imports for processing" passou de 35% do total importado no começo dos anos 90 para 50% em 1997, e tem permanecido neste nível desde então, como é o caso dos circuitos eletrônicos integrados e dos microprocessadores, todos componentes de alta tecnologia. Idem.

[18] No debate teórico, compartilham desta visão Haacke, Ravenhill e Moore.

[19] "(....) na verdade, dada a sua significância política, o que o mecanismo 10+3 [em referência à ASEAN + 3] promove é mais do que apenas um processo regional de cooperação econômica. Ao promover uma plataforma para países fortalecerem o entendimento mútuo e a cooperação por meio do diálogo, o mecanismo 10+3 contribui para a melhora das relações políticas entre as nações do Leste Asiático. Do ponto de vista do desenvolvimento, todos os esforços feitos por meio deste mecanismo irão promover relações políticas cooperativas mais estáveis e íntimas na região do Leste Asiático" (China Daily, *Realizing regional integration*, 19/08/2004, versão online.)
"No campo de cooperação financeira, um mecanismo para cooperação regional entre moedas está sendo estabelecido por meio da Iniciativa Chiang Mai, a qual preparou as fundações para uma mais profunda cooperação financeira para o desenvolvimento da região" (China Daily, 15/06/2004, versão online).

APEC) [20] quanto por conta da necessidade de o país ganhar predominância política e econômica regionalmente.

Além de garantir o suprimento de componentes e matérias-primas para sua indústria, o Estado chinês busca aumentar sua influência política na região. O endosso enfático da China ao papel regional da ASEAN deve ser analisado também como uma tentativa de contrabalancear a influência do Japão e dos Estados Unidos no leste asiático. O objetivo é aprofundar os laços políticos e econômicos com a ASEAN, garantir seu espaço de influência[21] e firmar-se como líder regional[22]. Na visão de Moore, desde a segunda metade da década de 90, o regionalismo asiático tem ganhado impulso justamente em função da rivalidade entre China e Japão. O Japão foi o primeiro a tomar a iniciativa, por meio da proposta de criação do Fundo Monetário Asiático. Mais recentemente, a China tem promovido a expansão da ASEAN + 3 e concentrando seus esforços na formação de uma área de livre comércio com o bloco. As negociações têm avançado rapidamente e, em novembro de 2002, foi assinado o Acordo-Quadro sobre Cooperação Econômica, que prevê o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre a China e os seis membros originais da ASEAN (Brunei, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia) até 2010, e com os outros quatro membros mais recentes (Camboja, Laos, Myanma e Vietnã) até 2015.

Tal integração produtiva vertical dentro da Ásia, acoplada a uma relação complementar com as economias centrais e acompanhada por uma atuação crescente das empresas estatais chinesas em países periféricos, notadamente africanos, levou a uma reconfiguração produtiva global com impactos relevantes sobre a estrutura da economia-mundo capitalista atual. Além da transferência de bases produtivas para a Ásia (que implica em uma extração de mais-valia local muito maior), parte da realização dessa mesma mais-valia também passa a ser feita localmente. Prova disso é a fatia crescente do consumo e dos investimentos nacionais em detrimento ao capital estrangeiro na composição do PIB. Em verdade, tal reconfiguração parece reproduzir os mecanismos mais corriqueiros que a economia-mundo wallersteiniana têm encontrado para superar suas crises: a expansão dos seus limites, a competição permanente entre países centrais (com constante ameaça de substituição) e a expansão drástica da demanda efetiva.

---

[20] Moore, *op. cit.*, p. 114.

[21] "Nós acreditamos que a ASEAN vai manter suas características de respeito próprio e interdependência, fortalecendo sua unidade interna e cooperação (...) e desempenhará um papel mais ativo e construtivo na promoção regional multipolar e na manutenção da paz e do desenvolvimento". ZHU, Ronji. (1999). Statement at the ASEAN + 1 Informal Summit, 28 novembro. Disponível em: www.ASEANsec.org/summit/inf3rd/pr/prg_ch1 (último acesso em 20/09/2004).

[22] Moore, *op. cit.*, p. 129.

Uma "relação virtuosa" com o centro

A estrutura de poder que se estabelece no sistema, além de não ser estática, está sujeita não só às flutuações econômicas de curto prazo, como também aos longos ciclos de transformação que promovem mudanças na organização da economia-mundo. O fato de que alguns estados possam alterar sua posição no sistema, da semi-periferia para o centro ou vice-versa, por exemplo, não altera em si a natureza desse sistema. No entanto, o que causa mudanças cíclicas de longo prazo e, mais, o que permite que um país semi-periférico desloque-se para o centro? Por que as forças que ocupam o núcleo não barram os novos entrantes?

A resposta mais imediata dada por Wallerstein é de que há momentos de desequilíbrio estrutural nos mercados globais, durante os quais a capacidade produtiva e os custos altos não poderiam mais conviver com a falta de demanda e as margens de lucro elevadas. Nesse momento, haveria uma mudança das bases produtivas para regiões do globo onde o custo de mão-de-obra e a perspectiva de geração de demanda fossem promissores, abrindo a perspectiva para que países semi-periféricos ascendessem à condição de centrais. Ao fortalecer a demanda efetiva, essas realocações permitiriam que a expansão da economia-mundo capitalista voltasse a ocorrer. Em certa medida, é a rigidez salarial dos países centrais que historicamente torna possível a mudança de status de países semi-periféricos para centrais em função de sua estrutura salarial média.[23]

No entanto, no nosso entendimento, a necessidade de competição permanente para que o sistema garanta sua auto-expansão, bem como a superação das crises de demanda por meio de realocações produtivas, é o elemento determinante que torna possível mudanças na posição dos países no sistema-mundo. Sem dúvida, a necessidade permanente de competição para o próprio funcionamento do sistema coloca o grupo de países centrais em uma condição contraditória: a fim de manter a acumulação em andamento e, assim, assegurar sua própria expansão, o núcleo tende a recriar seus próprios adversários. Conforme destaca Fiori, "não há possibilidade lógica de que uma potência ganhadora possa seguir acumulando poder e riqueza sem contar com novos competidores e adversários, econômicos e militares. Por isso, ela própria promove, sempre que necessário, o desenvolvimento econômico dos seus futuros concorrentes, como aconteceu com a Inglaterra em relação à Alemanha, aos Estados Unidos e ao Japão no século XIX, e voltou a

[23] Wallerstein, 1979b, p. 84.

acontecer com os Estados Unidos, no século XX , em relação à Alemanha, ao Japão, à Coréia, à Taiwan e, mais recentemente, com a própria China"[24]. Em suma, é o próprio comportamento da potência expansiva que alimenta seus principais adversários por meio de uma tendência "nacionalizante" em outras regiões e que culmina com o bloqueio de sua marcha em direção ao império-mundo. Tais forças operam no sentido contrário ao estabelecimento de um império-mundo ou da centralização do poder a tal ponto que promovesse a dissolução do sistema. No longo prazo, defende Fiori, a potência expansiva e ganhadora tende a promover uma realocação dos centros de acumulação mundial de capital, com subseqüente redistribuição territorial da riqueza e do poder.

É sob essa ótica que podemos caracterizar, do ponto de vista da geopolítica, o desenvolvimento chinês como um caso de "desenvolvimento a convite", no qual a potência expansiva, os Estados Unidos, colabora na criação de um adversário econômico ao mesmo tempo em que se beneficia das vantagens competitivas de uma realocação das bases produtivas em direção à Ásia. Desde que o presidente norte-americano Richard Nixon visitou a China, em fevereiro de 1972, o alinhamento geopolítico do país asiático no sistema-mundo caminhou no sentido de uma "relação virtuosa" com os Estados Unidos. Wallerstein destaca que após o encontro, China e Estados Unidos passaram a se comportar como possíveis colaboradores, não só por meio da imposição de limites ao poder da União Soviética, mas ao descobrirem que poderiam se beneficiar economicamente de um relacionamento menos antagônico[25]. No caso chinês, o "desenvolvimento a convite" e a integração produtiva global veio acompanhada de uma forte "nacionalização" dos interesses do Estado chinês nos termos que Nicolai Bukharin teorizou[26], e de avanços colossais no desenvolvimento das forças produtivas. No caso norte-americano, o interesse na promoção do desenvolvimento chinês está em manter seu ritmo de acumulação por meio da exportação de capitais para regiões com condições extremamente competitivas. Os elementos de tal competitividade, além do baixo custo de mão-de-obra, envolvem uma produção em escala gigantesca, patamares nunca vistos de investimento

---

[24] Fiori, 2005, p. 58.

[25] "O que começou como um mero encontro para tomar chá implicou em uma mudança significativa na forma e no grau de participação da China na economia-mundo – ainda maior, ainda mais aberta e ainda mais orientada para o lucro. É isso que os Estados Unidos pareciam desejar, e é isso que a China também parecia desejar. Nem Tiananmen ou o colapso da União Soviética reduziram o ritmo do envolvimento da China no comércio mundial ou da melhora no relacionamento político com os Estados Unidos – pelo menos até alguns anos atrás". Wallerstein, 2000, p.2.

[26] Um dos principais pensadores das teorias do imperialismo, Bukharin defende, em *A Economia Mundial e o Imperialismo*, que os processos de internacionalização da vida econômica vêm acompanhados de um agravamento da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas e à formação de grupos nacionais fortes e muito ligados entre si.

(estrangeiro e público), base exportadora para o mundo e vantagens crescentes de infra-estrutura e tarifárias. Conforme aponta Wallerstein[27], os nós do processo de acumulação norte-americano na década de 80 estavam em conseguir uma região que oferecesse três elementos: demanda por investimentos, baixo custo de produção e mercado de consumo amplo, todos os três abundantes em território chinês.

Wallerstein também destaca que o relacionamento sino-americano desenvolveu, além do ponto de vista produtivo, relações íntimas na esfera financeira. Os Estados Unidos teriam se fragilizado nas últimas décadas ao se endividarem excessivamente tanto em conta corrente quanto na conta de capitais e ao se financiarem por meio da venda paulatina de títulos públicos norte-americanos para economias asiáticas (e, mais recentemente, de maneira mais expressiva pela China[28]). Fiori corretamente critica o argumento de Wallerstein ao apontar que o autor confunde o funcionamento do sistema monetário internacional de hoje (conhecido como dólar-flutuante) com os sistemas monetários atrelados no ouro (ouro-libra e ouro-dólar, este último em vigor até o início da década de 70). Nos dois casos, os países deficitários tinham que buscar reequilíbrio permanentemente a fim de não alterar o preço oficial da sua moeda em ouro. No entanto, no sistema monetário atual, "os Estados Unidos podem incorrer em déficits em balanço de pagamentos de qualquer monta e financia-los tranqüilamente com ativos denominados em sua própria moeda. Além disto, a ausência de conversibilidade em ouro dá ao dólar e aos Estados Unidos a liberdade de variar sua paridade em relação às moedas dos outros países conforme sua conveniência, através da movida das taxas de juros. E, nesse sentido, a ausência de conversibilidade em ouro elimina pura e simplesmente o problema da restrição externa para os Estados Unidos"[29].

Nesse sistema, a China ocupa, agora, a posição de país semi-periférico e que caminha a passos largos na intenção de ocupar uma posição central na economia-mundo, mas que, ao mesmo tempo, estruturou uma "relação virtuosa" com os países centrais, em especial com os Estados Unidos. Do ponto de vista produtivo, tal relação virtuosa garante aos capitalistas dos países centrais uma base manufatureira não apenas de baixo custo, mas fundamentalmente em escala jamais vista. A capacidade produtiva acrescentada pela China não apenas fornece produtos baratos, mas em quantidades expressivas. Do ponto de vista financeiro, tal relação

---

[27] Wallerstein, 2000.

[28] As reserves internacionais chinesas somam mais de US$ 1,2 trilhão (dado de março de 2007), dos quais parcela significativa (mas não revelada pelas autoridades monetárias chinesas) é sabidamente composta por moeda ou títulos norte-americanos.

[29] Serrano, F. *Do ouro móvel ao dólar flexível*. Mimeo, Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 1998, citado por Fiori, 2005.

também reproduz essas características bilateralmente vantajosas, dado que a busca por acumular reservas internacionais em níveis elevados transformou o país asiático (juntamente com seus vizinhos Japão, Coréia do Sul e Taiwan) nos principais financiadores dos déficits gêmeos norte-americanos.

Bibliografia

FIORI, José Luís. “Formação, Expansão e Limites do Poder Global”, in: *O poder americano*. Editora Vozes, São Paulo, 2005.

LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. Nova Cultural, São Paulo, 1985.

HOLST, David Roland. “An Overview of China´s Trade Emergence and East Asian Trade Patterns to 2020”. Apresentação para o Banco de Desenvolvimento Asiático, 2003.

MOORE, Thomas. “China´s International Relations: The Economic Dimension”, in: *The International Relations of Northeast Asia*. Nova York, Toronto e Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

MORAIS, I. “Regionalismo Revisitado: Impactos para a ASEAN da Emergência da China Pós-Deng”, dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Immanuel Wallerstein – Crítica del Moderno Sistema-Mundo Capitalista.* Biblioteca Era, México, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El Moderno Sistema Mundial (vol. I)*. Siglo XXI, Madrid, 1979a.

_____ *The Capitalist World-Economy – Essays by Immanuel Wallerstein*. Cambridge University Press, Inglaterra, 1979b.

_____ *Patterns and Prospectives of the Capitalist World-Economy.* The United Nations University, Japão, 1981.

_____ “The U.S. and China: Enemies or Allies?”, Fernand Braudel Center, Binghamton University, 01/03/2000, disponível para download em: http://archives.econ.utah.edu/archives/pen-l/2000m04.1/msg00073.htm

_____ *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista.* Editora Contraponto, 2001.

_____ “China and the U.S.: Competing Geopolitical Strategies”, Fernand Braudel Center, Binghamton University, 15/12/2004, disponível para download em: http://www.binghamton.edu/fbc/151en.htm

YUE, Chia Siow. “The Rise of China and Emergent East Asian Regionalism”, in: *The Rise of China and a Changing East Asian Order*. Japan Center for International Exchange, Tóquio, 2004.